

Aprovado sistema de habitação para as famílias de baixa renda

Senado aprova e envia à sanção presidencial proposta que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social e um fundo para financiá-lo. Apoiado por todos os partidos, projeto surgiu da iniciativa popular, depois que movimentos sociais recolheram nas ruas 1,2 milhão de assinaturas

Página 3



MUDANÇAS Costa (D) preside a Comissão de Educação, que aprova definição de crime virtual

Criar vírus para computador deve se tornar crime

A Comissão de Educação aprovou ontem dois projetos que mexem com a vida de muita gente. Um deles, originário da Câmara, define como crime a criação de vírus de computador e o acesso não autorizado a sistema informatizado. O outro, do senador Sérgio Cabral, estabelece cota mínima de 50% nos vestibulares das universidades públicas para estudantes que tenham cursado o ensino médio na rede pública. As duas propostas continuam tramitando.

Página 8



Gerardo Maggela



DECISÕES Renan Calheiros (foto acima) comanda sessão em que o Plenário aprova composição do Conselho de Justiça e projeto sobre moradia popular

SENADO ACEITA 15 NOMES PARA CONSELHO

O Plenário votou novamente – e desta vez aprovou – a indicação de Alexandre de Moraes para uma vaga no Conselho Nacional de Justiça. A rejeição do nome de Moraes na sessão do dia 18 causou uma crise entre governo e oposição no Senado, superada com a repetição da votação. Os senadores aprovaram outros 14 nomes indicados para o conselho, enviando-os ao presidente da República.

Página 4

Congresso pode criar hoje a CPI dos Correios

Mais da metade dos congressistas assinam pedido de uma comissão destinada a investigar denúncias

Páginas 6



POTÊNCIA Hélio Costa lembra que a hidrelétrica mineira responde por 40% da energia produzida no país

Hélio Costa celebra acordo para Furnas

O senador Hélio Costa (PMDB-MG) comemorou ontem o convênio firmado entre os governos do Brasil e do Japão para aplicação de recursos no saneamento da bacia de Furnas, hidrelétrica que fica no sul de Minas Gerais. A matéria faz parte da agenda do presidente Lula em sua viagem à Ásia.

– Furnas tem 1,445 milhão de metros cúbicos de água e 280 quilômetros de extensão. É um verdadeiro mar dentro do estado de Minas. Das 64 cidades que ficam ao redor do lago, a maioria não tem esgoto encanado, o que, aliás, é um padrão no Brasil – disse ele, lembrando que mais de 70% das residências do interior do país não contam com esse serviço.

O senador estima que pelo menos 60 dos municípios do entorno de Furnas serão alcançados por esse convênio. Parte dos recursos será absorvida pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais (Copasa), que executará as obras.

– O lago de Furnas é fator primordial para a economia do sul de Minas. Representa a sobrevivência de várias cidades da região, além de 40% de toda a energia produzida no Brasil – ressaltou.

Paim defende fundo para ensino profissionalizante

■ Fonte para educação profissional, conforme senador, não vai onerar Tesouro nem sacrificar demais políticas

A importância da educação profissionalizante foi destacada ontem pelo senador Paulo Paim (PT-RS), que também defendeu proposta de emenda constitucional de sua autoria destinada a criar fonte específica de financiamento para a manutenção e expansão dessa modalidade de ensino.

A PEC 24/05, esclareceu o parlamentar, constitui um fundo nacional com receitas oriundas



APOIO Paim: profissionalizante ganha destaque em pesquisa sobre aspectos mais valorizados por pais

de diversos impostos e contribuições, mas sem onerar o Tesouro ou sacrificar outras políticas públicas. A proposta estabelece a criação de um conselho consultivo e de acompanhamento,

formado por representantes do poder público e da sociedade, para promover o controle social das aplicações do fundo.

Paim comentou ainda resultado de pesquisa divulgada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). O trabalho, conforme o senador, apurou que 96,2% dos pais entrevistados elegeram como o segundo item mais valorizado na educação pública o ensino profissionalizante. A informatização ficou em primeiro lugar, com 97%.

– Na opinião dos 10 mil entrevistados, 73% com renda de até três salários mínimos, a escola pública tem melhorado – disse. a – afirmou Paim.



APROVAÇÃO Periódico, diz Sarney, confere qualidade à comunicação dos senadores com suas bases

Sarney saúda dez anos do *Jornal do Senado*

O senador José Sarney (PMDB-AP) saudou ontem a equipe da Secretaria de Comunicação Social do Senado Federal pela comemoração dos dez anos do *Jornal do Senado*. O parlamentar lembrou que o periódico foi criado durante seu primeiro mandato como presidente da Casa.

– O *Jornal do Senado* tem prestado excelente serviço para a transparência dos nossos trabalhos e para que os senadores tenham uma melhor comunicação com suas bases. Por outro lado, o *site* da Agência Senado é acessado diariamente por milhares de pessoas.

Sarney ressaltou que, ao longo desses dez anos, o jornal tem mantido grande equilíbrio na cobertura dos assuntos do Senado, refletindo exatamente o que acontece dentro da Casa, para a qual a imprensa é extremamente necessária.

Citando o escritor paraibano José Veríssimo, Sarney disse que “a opinião pública é a opinião que se publica”.

– O *Jornal do Senado* faz exatamente isso – observou, destacando a recente criação da edição semanal do periódico.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, se associou a Sarney, afirmando que o *Jornal do Senado* “atende à ansiedade de milhares de brasileiros que buscam conhecer o que ocorre no dia-a-dia da Casa”.

Voto de pesar por Fernando Franco

O senador Almeida Lima (PSDB-SE) apresentou requerimento de voto de pesar e homenagem póstuma ao desembargador e ex-deputado estadual de Sergipe Fernando Ribeiro Franco, falecido na última segunda-feira, aos 65 anos, em São Paulo.

– A morte do desembargador é um fato lamentável para todos os sergipanos – disse Almeida Lima.

Agenda

Sessão conjunta define CPI dos Correios

O Congresso promove sessão conjunta às 10h, no Plenário da Câmara dos Deputados, para criar a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Correios. Às

14h, os senadores participam de sessão ordinária em que devem ser realizadas discussões de propostas de emendas constitucionais.

Renan discute reforma política

O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da sessão conjunta do Congresso, às 10h. Em seguida, reúne-se com o presidente da Câmara dos Deputados, Severino Cavalcanti, com presidentes dos partidos e com as lideranças na Câmara e no Senado, para discutir a reforma política.



Assuntos Municipais

A Subcomissão de Assuntos Municipais promove reunião hoje, às 14h30. O colegiado vai elencar as matérias que devem ser discutidas pela subcomissão, além de definir calendário de trabalho.

Canal aberto com leitor

Os leitores podem encaminhar sugestões de temas que gostariam de ver discutidos em reportagens nos veículos de comunicação do Senado. Basta enviar mensagem para sugstoedepauta@senado.gov.br.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Silhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade, Mikhail Lopes e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Aprovado sistema de habitação popular

■ Projeto de iniciativa dos movimentos sociais também institui fundo para construção de moradia de baixo custo

Em votação simbólica, e contando com o apoio de todos os partidos políticos, o Senado Federal aprovou ontem projeto de lei de iniciativa popular (PLC 36/04, na Câmara dos Deputados) que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), e institui o Conselho Gestor. A matéria estava em tramitação no Congresso Nacional havia 14 anos e teve um andamento considerado rápido no Senado – das comissões temáticas à votação em Plenário foram necessários apenas 45 dias.

Conforme ressaltou a senadora Ideli Salvatti (PT-SC), relatora do projeto na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pela segunda vez os movimentos populares conseguem transformar em lei uma idéia concebida fora do Congresso. A outra iniciativa, também vitoriosa, foi liderada pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em 1999, e buscou coibir o abuso do poder econômico no processo eleitoral brasileiro.

A iniciativa popular de lei foi



ELOGIOS Relatora da matéria na CAS, Ideli ressaltou atuação da sociedade organizada. Garibaldi, relator na CAE, destaca alcance social do projeto



um dispositivo incorporado à Constituição, promulgada em 1988, que aliou dois princípios democráticos – o representativo, baseado no voto secreto, presente na tradição política nacional desde o Império, e o direto, uma conquista recente, debitada aos chamados avanços da modernidade. Para dar entrada na Câmara dos Deputados ao projeto que cria o novo modelo institucional para a política habitacional no país, os movimentos populares recolheram, em todos os estados brasileiros, 1,2 milhão de assinaturas, incluindo a do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Conquista

Ao defender a proposta em Plenário, o relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Marcelo Crivella (PL-RJ), observou que, do ponto de vista democrático, foi uma

conquista considerável tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal entenderem que o povo, pelo mecanismo da iniciativa popular, pode apresentar projetos considerados pela Constituição como prerrogativas exclusivas do presidente da República. Esse entendimento, ainda segundo Crivella, foi fundamental para superar possíveis vícios de constitucionalidade da matéria, ao mesmo tempo que abre novas oportunidades para que os movimentos de cidadania possam se afirmar no contexto da democracia brasileira.

– A criatura, o presidente da República, não é maior que o criador, o povo – disse Crivella, que vê no projeto aprovado grande instrumento para atender o pleito da população de baixa renda por mais moradia, a preços acessíveis.

O relator na Comissão de As-

suntos Econômicos (CAE), senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), ao encaminhar seu voto, argumentou que o projeto dá ênfase à integração entre os municípios, estados e União, possibilitando a implantação de programas de largo alcance social. Ao mesmo tempo, conforme o parlamentar, o novo sistema amplia as possibilidades de atendimento às mulheres e idosos, no que diz respeito a moradias, benefício não consignado na legislação vigente.

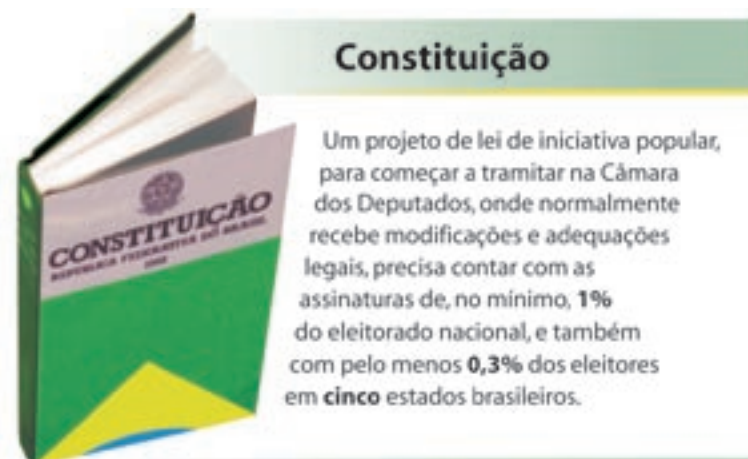
Compromisso

Aloizio Mercadante (PT-SP), líder do governo no Senado, informou que o ministro das Cidades, Olívio Dutra, está comprometido com o sistema. Mercadante também disse esperar que outros setores da sociedade se encorajem e formulem novos projetos de lei para o Brasil. O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), entendeu que um projeto de

iniciativa popular reveste-se de simbologia principalmente em um parlamento como o brasileiro, dominado por “medidas provisórias”.

Para alguns senadores, a aprovação do projeto não significará necessariamente a solução definitiva dos problemas habitacionais no país, cujo déficit seria de aproximadamente 7 milhões de moradia. Mesmo assim, ocuparam a tribuna para elogiar a conquista dos movimentos populares os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Romeu Tuma (PFL-SP), Heloísa Helena (PSOL-AL), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Ana Júlia Carepa (PT-PA), Maguito Vilela (PMDB-GO), Almeida Lima (PSDB-SE), Delcídio Amaral (PT-MS), Paulo Paim (PT-RS), Pedro Simon (PMDB-RS) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Aprovado depois de receber apenas seis emendas de redação, o projeto vai agora à sanção presidencial.



Prioridade para áreas urbanas e com infra-estrutura

O novo sistema sugerido pelo projeto pretende, entre outros objetivos, viabilizar à população de “menor renda” o acesso à terra urbanizada e à habitação “digna e sustentável”. Caberá ao SNHIS, a ser presidido pelo Ministério das Cidades, a centralização de todos os programas e projetos destinados à habitação de interesse social, dando-lhes maior coerência e mais eficiência.

Na execução dos programas habitacionais, como está estabelecido no projeto, será dada prioridade ao aproveitamento de áreas com infra-estrutura, inseridas na malha urbana. Para a implantação dos programas serão priorizados os “terrenos de propriedade do poder público”.

Ao fundo de habitação, de natureza contábil, caberá cen-

tralizar e gerenciar recursos orçamentários para os programas estruturados no âmbito do sistema. Reivindicação das entidades populares, o conselho gestor terá voto de qualidade e será composto, de forma paritária, por órgãos do Poder Executivo e representantes da sociedade civil.

Participação

A proposta determina que as aplicações dos recursos do fundo devem ser submetidas à política de desenvolvimento urbano, expressa em planos diretores ou em legislação equivalente para pequenos municípios. Estados, Distrito Federal e municípios estão obrigados, para ter acesso aos recursos do FNHIS, a constituir conselhos, com a participação de representantes dos movimentos populares.



CONTROLE Acesso a recursos será condicionado à criação de conselhos com a participação de entidades populares



REFORMA Plenário do Senado aceita o nome do jurista indicado pela Câmara e ainda vota o restante dos nomes que vão compor o órgão de controle externo do Poder Judiciário

Nova votação aprova Alexandre de Moraes

■ **Requerimento apresentado por Romeu Tuma viabiliza aprovação. Senadores criticam procedimento**

O Senado votou novamente – e, desta vez, aprovou – a indicação de Alexandre de Moraes para uma vaga no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A votação, realizada ontem, tornou-se possível após a aprovação de requerimento apresentado pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP). Alexandre

de Moraes havia sido indicado pela Câmara dos Deputados, mas foi vetado pelo Senado no último dia 18. Na ocasião, ele obteve 39 votos, quando seriam necessários no mínimo 41 para que fosse aprovado.

No requerimento, Tuma argumenta que vários senadores, inclusive ele próprio, não puderam registrar seus votos porque, naquele momento, estava sendo realizada outra votação, informal, para a escolha de três nomes para o Conselho Nacional do Ministério Público. Essa votação paralela teria prejudicado o quórum da sessão.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que a nova votação foi “apenas a repetição da anterior, com o objetivo de respeitar o desejo da maioria”. O senador José Jorge (PFL-PE) observou que a votação representou “uma das mais importantes etapas da reforma do Judiciário”.

No entanto, os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Heloísa Helena (PSOL-AL) enfatizaram que o procedimento “não tem amparo regimental”. Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) também criticou a decisão da Mesa. Os três vo-

taram contra a indicação de Alexandre de Moraes.

Um outro requerimento, com o mesmo objetivo do proposto por Tuma, foi apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR). O senador ressaltou que seu requerimento atendia às exigências regimentais de forma mais adequada que o de Tuma – sua justificativa era que, quando não estão presentes os membros da Mesa nem seus suplentes, a respectiva presidência deve ser exercida pelos senadores mais velhos; Demostenes Torres (PFL-GO), assim, não atenderia a esses

critérios na ocasião. Alvaro afirmou que a solicitação de Tuma poderia anular todas as votações realizadas naquele dia (18 de maio), enquanto a sua cancelaria apenas a que vetou o nome de Moraes.

Aloizio Mercadante, porém, sustentou que o veto a Moraes ocorreria porque a própria oposição não havia se articulado de forma correta.

– Eles não souberam se mobilizar; na ocasião, nem conversaram comigo. E houve apenas 16 votos contra, o que é muito pouco nesse tipo de votação – frisou Mercadante.

Senado envia ao presidente lista completa do conselho

O Plenário do Senado aprovou ontem mais dez indicados para compor o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Como outras cinco indicações haviam sido aprovadas na semana passada, o presidente da Casa, Renan Calheiros, anunciou que irá encaminhar ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a mensagem comunicando a aprovação da composição integral do órgão de controle externo do Poder Judiciário.

Em seguida à nova votação de Alexandre de Moraes, procedeu-se à aprovação do advogado Paulo Luiz Neto Lôbo, o segundo indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Três indicações do Tribunal Superior Trabalho (TST) também foram acolhidas na sessão: o ministro Vantuil Abdala, presidente do TST; o juiz Douglas Alencar Rodrigues, do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 10ª Região; e o juiz do Trabalho Paulo Luiz Schmidt.

Três indicações do Supremo Tribunal Federal (STF) também passaram pelo crivo do Plenário. Assim, deverão integrar o

CNJ o ministro Nelson Jobim, presidente do STF; o desembargador Marcus Antonio de Souza Faver, do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro; e o juiz Cláudio Luiz Bueno de Godoy, da Justiça estadual de São Paulo.

Por fim, foram aprovadas as duas indicações feitas pela Procuradoria Geral da República: o procurador regional da República Eduardo Kurtz Lorenzoni, do Ministério Público Federal, e a procuradora de Justiça Ruth Lies Scholtz de Carvalho, do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Ministério Público

O Plenário aprovou o adiamento da votação dos dez nomes indicados para o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a pedido do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM). Como a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ainda não se pronunciou sobre outros três indicados para o mesmo conselho, Arthur Virgílio sugeriu que a votação fosse adiada para que o Plenário deliberasse sobre os 13 indicados na mesma sessão.



RESPONSABILIDADE Tuma afirma que estava escolhendo nomes para o Conselho do Ministério Público

Tuma explica por que não votou na primeira vez

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) respondeu às declarações do senador Aloizio Mercadante (PT-SP), que atribuiu também à oposição a responsabilidade pela rejeição do nome de Alexandre de Moraes. Mercadante teria dito que senadores do PFL e do PSDB, entre eles Tuma, estavam presentes no Plenário no momento da votação, mas não votaram.

Segundo Tuma, no momento da votação ele estava coordenando outra votação, paralela, no cafezinho dos senadores, para selecionar nomes para o Conselho Nacional do Ministério Público.

Tombini é aprovado para diretoria do Banco Central

A indicação de Alexandre Antonio Tombini para a Diretoria de Estudos Especiais do Banco Central foi aprovada ontem pelo Plenário, com 49 votos favoráveis, 8 contrários e nenhuma abstenção. Tombini, que já havia sido aprovado pela manhã na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), foi elogiado por senadores do governo e da oposição.

– Tombini tem muita experiência e sólida formação acadêmica – elogiou Aloizio Mercadante (PT-SP).

José Jorge (PFL-PE) ressaltou que a oposição já apoiou várias indicações do governo. Pedro Simon (PMDB-RS) disse que o novo diretor do BC “é uma pessoa de excepcional conhecimento”. Arthur Virgílio (PSDB-AM) afirmou que seu partido tinha o dever de aprovar Tombini, já que ele ajudara a implantar as metas de inflação no governo anterior.

O novo diretor do BC é funcionário de carreira e integrou a equipe econômica do governo Fernando Henrique Cardoso.



ELOGIOS Tombini (entre Renan e Jereissati) teve seu nome aprovado na sabatina realizada pela Comissão de Assuntos Econômicos e pelo Plenário



RELEVÂNCIA Leonel Pavan observa que é importante discutir segurança alimentar e geração de empregos

Ministro vai debater programas da pesca

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) realiza na próxima quarta-feira, às 9h, audiência pública com o ministro da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (Seap), José Fritsch, para discutir os programas do governo destinados à pesca e à aquicultura no Brasil. Ao justificar o convite ao ministro, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirma que pretende debater a importância da pesca na ampliação da segurança alimentar e nos índices de emprego da população brasileira. O uso de novas tecnologias e a adequação das leis ambientais nacionais e internacionais também serão analisados durante a reunião.

No último dia 19, o ministro José Fritsch lançou o Programa Nacional de Extensão Pesqueira e Aquícola. O programa põe à disposição dos pescadores e aquicultores (criadores de pescados) uma rede de atendimento em todo o país para o financiamento de projetos e assistência técnica, segundo texto divulgado pela Seap. O objetivo é facilitar o acesso às linhas de crédito existentes nas instituições financeiras, oferecer suporte para o acesso aos programas do governo federal e apoiar projetos de desenvolvimento e investimentos da pesca.

Com mais de 8.500 quilômetros de costa marítima, rios de piscosidade (quantidade de peixe) elevada e mais de 5 milhões de hectares de áreas alagadas por barragens e represas, o Brasil tem um dos maiores potenciais do mundo para a pesca, segundo análise da Seap. Apesar desse potencial, de acordo com texto de divulgação da secretaria, o país ainda produz muito pouco – cerca de 1 milhão de toneladas ao ano.

Novas regras para a Comissão de Orçamento

Mudanças propostas em relatório apresentado ontem garantem atuação maior dos senadores

O Senado poderá ter uma atuação maior na Comissão Mista de Orçamento (CMO). O relatório apresentado ontem sobre as alterações na Resolução nº 1 do Congresso, que regula a tramitação dos orçamentos federais, propõe que as reuniões sejam na Casa a que pertença o presidente da comissão. Este ano seria no Senado porque quem preside a CMO é o senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM).

O parecer do deputado Ricardo Barros (PP-PR) sobre as 412 emendas ao texto original assegura também maior participação dos senadores nas emen-



das de bancada, ampliadas de cinco para dez nessa última versão, voltadas para os projetos estruturantes de interesse dos estados. Por sugestão de Sérgio Guerra (PSDB-PE), até 30% das propostas examinadas pelas bancadas serão de iniciativa dos senadores. Esse dispositivo atenua disputa antiga entre as duas Casas, que acrescentou três emendas de senadores nos dois últimos projetos da Lei Orçamentária Anual.

No entanto, somente na

reunião da comissão mista temporária encarregada de formular a nova proposta de resolução, agendada para as 15h30 de terça-feira da próxima semana, quando haverá a discussão e a votação do parecer de Barros, os senadores irão mostrar se aceitam apenas esses dispositivos para garantir maior presença do Senado. Continua pendente a proposta do senador Fernando Bezerra (PTB-RN), que preside a comissão, de que as dez relatorias setoriais ao Orçamento sejam divididas igualmente entre as duas Casas.

Decisão dos líderes das bancadas com assento na CMO, também tomada ontem, definiu cronograma para a tramitação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). O prazo para emendas começa hoje e se estende até o dia 9 de junho.



DANOS Marcelo Crivella anuncia que vai entrar com representação na Justiça contra autores de matéria

Crivella: é falsa a reportagem de revista

Marcelo Crivella (PL-RJ) classificou como falsa a reportagem da revista *IstoÉ*, na qual é citado como um dos participantes do esquema que resultou na compra da TV Record do Rio de Janeiro e proprietário de empresas em paraísos fiscais. Em Plenário, o senador se defendeu ontem das acusações publicadas na revista.

– A reportagem é falsa e leviana do início ao fim – afirmou o senador, que vai entrar com representação na Justiça contra os autores da matéria, por danos morais.

Ao contestar todos os pontos constantes na reportagem, Crivella disse que as denúncias são requestradas e sempre publicadas quando ele se candidata a algum cargo político, como ocorreu no ano passado, ao disputar a prefeitura do Rio.

– Tudo isso são calúnias que, na campanha, tinham o propósito de me tirar votos, e agora voltam com o propósito de me intimidar em relação ao meu trabalho político no Senado e, quem sabe, inviabilizar futuras candidaturas.

De acordo com o senador, os documentos exibidos pela revista são apócrifos. Ele lamenta que um órgão de comunicação fundamental suas denúncias apenas em “cópias xerox”. Crivella anunciou que estuda a possibilidade de apresentar projeto no Senado para impedir que cópias xerografadas e sem autenticação possam servir de fonte para acusações nos meios de comunicação.

Contestando a afirmação da revista de que é “figurinha fácil” em processos na Receita Federal e no Ministério Público, o senador esclareceu que, aos 47 anos de vida, somente em duas ocasiões prestou esclarecimentos à Polícia Federal, não tendo sofrido nenhum processo.

Nota técnica diz que Marta não atendeu a LRF

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Luiz Otávio (PMDB-PA), divulgou, durante reunião do colegiado, nota técnica elaborada por um consultor do Senado que discorda da avaliação feita pela ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy acerca de transação financeira feita pelo município com o Reluz (Programa Nacional de Conservação e Energia Elétrica). O documento, solicitado pelo senador, afirma que, ao contrário do que assegura a ex-prefeita, a transação caracteriza-se de fato como operação de crédito e que, portanto, teria que atender exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Marta Suplicy disse que não houve operação de crédito no aditamento ao contrato de financiamento do programa Reluz, o que não teria passado, segundo a ex-prefeita, de uma “questão formal”, e que por isso

não teria que pedir autorização à Câmara de Vereadores e ao Ministério da Fazenda. Ela não acredita ter ferido a legislação de controle do endividamento público.

O líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), requereu ao presidente da CAE que sejam solicitadas ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, informações sobre outros municípios que tenham feito operações semelhantes à realizada por São Paulo.

Na mesma reunião, além de sabatinarem indicado do Executivo para ocupar cargo de direção no Banco Central, os senadores aprovaram quatro mensagens da Presidência da República com a programação monetária do terceiro e do quarto trimestre de 2004 e do primeiro e do segundo trimestre de 2005. O relator das mensagens, senador Delcídio Amaral (PT-MS), ressaltou a



ARGUMENTO Luiz Otávio lê nota que contradiz afirmações da ex-prefeita de São Paulo

caducidade do procedimento da aprovação da programação monetária do país.

Câmara aprova MP

Ontem à noite, a Câmara dos Deputados acolheu a medida provisória (MP 237) que permitiu a 180 municípios, entre os quais se inclui São Paulo, obterem financiamento para o Reluz fora das limitações de gastos impostas pela Lei de Responsabilidade Fiscal. A medida provisória será enviada ao exame do Senado.

Senado ratifica acordo de transporte com a Guiana

O Senado aprovou ontem o projeto que ratifica o acordo entre Brasil e Guiana para regularizar o transporte de cargas e passageiros entre os dois países. Assinado em fevereiro de

2003, o acordo de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros e Cargas entre os governos da República Federativa do Brasil e da República Cooperativista da Guiana autoriza que veículos cruzem

pontos específicos da fronteira entre os dois países. O Projeto de Decreto Legislativo 131/05 foi relatado na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).



Requerimento propondo comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de corrupção será lido hoje, em sessão conjunta do Congresso às 10h, presidida por Renan Calheiros. Pedido conta com assinaturas de 51 senadores e 256 deputados

Majoria do Congresso apóia CPI dos Correios

A sessão do Congresso destinada à leitura do requerimento de instalação da comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para investigar suspeita de corrupção nos Correios será realizada hoje, às 10h, no Plenário da Câmara. O requerimento foi protocolado no dia 18, por líderes da oposição.

Mais da metade dos congressistas estão de acordo com a abertura da CPI dos Correios. Com a assinatura de Ramez Tebet (PMDB-MS), a comissão passou a ter o apoio de 51 senadores. Na Câmara, 256 deputados já assinaram o pedido.

Os parlamentares têm prazo até a meia-noite de hoje para

retirar o nome, pois a publicação do requerimento só sairá no *Diário do Congresso* de amanhã. A CPI terá 15 senadores e igual número de deputados, a serem indicados pelos líderes no prazo de 30 dias. O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que efetuará as indicações, caso os partidos

se recusem a fazê-las.

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou não acreditar que 68 parlamentares recuem da decisão de apoiar a CPI. Já o líder do PFL, José Agripino (RN), informou que procura mais adesões à proposta.

Para ressaltar o compromisso do governo em combater a cor-

rupção, a senadora Ideli Salvatti (PT-SC) citou recente reportagem de *O Globo*, intitulada "No rastro da corrupção", na qual são citadas diversas ações nesse sentido. O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), disse que os senadores petistas decidem hoje cedo se assinam ou não o requerimento.

Pedro Simon



ISENÇÃO Parlamentares "mais briguentos", que fazem confusão, não podem integrar o colegiado

Alvaro Dias



ATITUDE "É inadmissível suposta pressão do governo sobre congressistas que querem apuração"

Heloísa Helena



SOBERANIA A instalação de uma comissão parlamentar de inquérito é conquista da sociedade

Jefferson Péres



RISCO "Povo pode cair na apatia e na descrença da classe política, abrindo caminho para aventureiros"

José Agripino



ARTIFÍCIO Senador pede ao líder do governo para que não permita manobras visando inviabilizar CPI

Divergências não devem prejudicar apuração dos fatos

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou, ontem, o governo por tentar impedir a instalação da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que visa investigar denúncias de corrupção envolvendo a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT). Ele fez apelo aos senadores e deputados para que as divergências políticas não atrapalhem os trabalhos de apuração.

Simon pediu que a CPI dos Correios não siga os exemplos das CPIs do Banestado e da Terra. Ele lembrou que a primeira, criada para investigar a remessa de divisas para os paraísos fiscais, se encerrou sem que o relatório final fosse votado, por falta de acordo entre seus membros. Quanto à CPI da Terra, que está em andamento, o parlamentar observou que ela é palco de conflitos políticos entre seus componentes.

– Não podem estar na CPI dos Correios os mais apaixonados, os mais briguentos, que fazem confusão, mas não estão interessados em descobrir a verdade – recomendou.

Investigação só amedronta quem tem algo a temer

Declarando apoio incondicional às CPIs reclamadas pela sociedade, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) considerou "inadmissível" uma suposta pressão do governo Lula sobre parlamentares dispostos a apoiar a instalação da CPI dos Correios. Uma investigação do gênero só pode amedrontar quem tem algo a esconder, disse.

O senador leu trecho de artigo do jurista e professor da Universidade Federal do Paraná René Doth, para quem "determinados atos impostos pela vontade superior de uma ordem de autoridade não podem constringer a liberdade de convicção pessoal".

Alvaro também comentou irregularidades divulgadas ontem durante reunião da CPI da Terra, de que é presidente. Ele citou o desvio de R\$ 400 mil da Associação Nacional de Cooperação Agrícola.

– Isso era dinheiro público destinado à reforma agrária. Se não fosse a CPI da Terra, esse fato jamais teria vindo ao conhecimento do povo.

Golpismo é tentar impedir funcionamento

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) considerou cínico o argumento de que a CPI dos Correios poderá desestabilizar o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ela lembrou que, à época em que atuava no PT, gritava nas manifestações "Fora Collor" e "Fora FHC" e nunca considerou que isso fosse um "ato golpista".

– Golpismo é tentar aniquilar a CPI para investigar denúncia de corrupção. Cínico é tentar passar para a população a idéia de que uma CPI só serve para manipulação política, quando é o instrumento mais importante previsto na Constituição para que as oposições possam investigar denúncias de irregularidades no governo. CPI é uma conquista da sociedade.

Heloísa criticou as acusações "tolas e de termos chulos" trocadas nos últimos dias entre o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e a direção nacional do PT. Para a senadora, a situação "é muito grave, com denúncias sérias publicadas toda semana, e o bate-boca não serve à democracia".

Alerta para tentativa de abafar comissão

Jefferson Péres (PDT-AM) advertiu o PT sobre os prejuízos que poderão acarretar para a democracia a decisão e o empenho da direção da legenda e dos seus principais líderes no sentido de abafar a CPI destinada a investigar a denúncia de corrupção nos Correios.

– Os políticos que apóiam o governo estão agindo como pianistas do *Titanic*. Não é a instalação da CPI que desestabiliza o país, mas o abafamento de CPI por quem gritava contra isso que pode provocar desestabilização – alertou.

Jefferson leu trecho de uma carta de Sandra Fernandes de Oliveira – "que contribuiu, corajosamente, para o *impeachment* de Collor" –, na qual ela se declara "amargurada e frustrada" ao verificar que o atual governo repete práticas que o próprio PT condenava energicamente.

– Meu temor é que o povo brasileiro caia na apatia e na descrença total da classe política, abrindo caminho para a ascensão de aventureiros – disse o senador.

Apelo para que o governo não esvazie reuniões

Ao registrar sua crença na instalação da comissão parlamentar mista de inquérito para investigar as denúncias de corrupção nos Correios, o líder do PFL, José Agripino (RN), dirigiu apelo ao líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), para que não permita que o governo federal faça "manobras políticas" para inviabilizar a atuação da CPI.

– Corre nos corredores a formação de que a bancada do governo vai boicotar a CPI, esvaziando as reuniões do colegiado – observou.

Na avaliação de José Agripino, a criação da CPI é uma exigência da sociedade civil.

– A sociedade está impondo a CPI. Não vamos comparar CPIs fabricadas politicamente com uma que está sendo exigida pela população, fruto de denúncia gravada em fita de vídeo. Não tenho delegação de Fernando Henrique Cardoso para defendê-lo, mas nunca tive conhecimento de movimentos tão audazes à época de seu governo para impedir CPI – afirmou o senador.



Roosevelt Pinheiro

INCOERÊNCIA Virgílio lembra declarações de líderes do PT, quando na oposição

Virgílio vê contradições na atual postura do PT

Ao criticar a tentativa do governo federal de impedir a instalação da CPI dos Correios, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) discursou ontem usando frases que teriam sido proferidas por membros do PT quando Fernando Henrique Cardoso era presidente da República. Dessa forma, o parlamentar quis evidenciar contradições entre a atual postura do PT e a que o partido adotava quando era oposição.

Arthur Virgílio destacou uma das declarações de Luiz Inácio Lula da Silva dada em 2000, ao cobrar a criação de uma CPI para investigar Eduardo Jorge, ex-secretário-geral da Presidência da República: “Eu diria que o presidente está adotando uma posição covarde. Quem não deve, não teme”.

– O atual presidente da República não pode aparecer em público e tentar impedir uma CPI, mas é isso que ele está fazendo. Até porque não é apenas uma denúncia; são muitas. Pretendemos continuar as investigações e mostrar que esta comissão tem de ser de verdade, e não uma encenação – afirmou Virgílio.

Citando frase proferida por José Dirceu em maio de 1997, quando o PT defendia investigações sobre a compra de votos para a emenda da reeleição, o líder do PSDB disse que “o governo está agindo como réu confesso ao pressionar contra a instalação da CPI”. E acrescentou, repetindo declaração de 1999 que seria de José Genoíno, que “tentar abafar a CPI é um caminho perigoso, porque poderia indicar cumplicidade entre governo federal e Senado”.

– Somente uma CPI tem poderes para quebrar sigilos e aprofundar investigações. A Corregedoria só pegará os pequenos corruptos – argumentou Virgílio, utilizando frase de 2001 atribuída a Walter Pinheiro, então líder do PT na Câmara dos Deputados.

Mercadante contesta números da oposição

O líder do governo, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), refutou as afirmações de que a carga tributária aumentou no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Segundo ele, os tributos no governo anterior, do presidente Fernando Henrique Cardoso, passaram de 11,68% do produto interno bruto (PIB), em 1997, para 16,34% do PIB, em 2002, mantendo-se abaixo disso nos últimos dois anos.

– Desafio qualquer parlamentar de oposição a apresentar dados oficiais, que sejam reconhecidos por qualquer instituição, que demonstrem aumento da carga tributária neste governo – disse.

Ele também contestou o aumento de gastos com pessoal. Ele afirmou que a folha de pagamento no governo anterior chegou a R\$ 94,945 bilhões, com aumento de R\$ 7 bilhões no pagamento de inativos e com grande acréscimo na remuneração de trabalhadores terceirizados, cujo gasto anual passou de R\$ 5,4 bilhões para R\$ 14,3 bilhões.

– O gasto com terceirizados praticamente triplicou – assinalou Mercadante, acrescentando que o atual governo cortou R\$ 8,8 bilhões nesses gastos, estando a folha de pagamento hoje em R\$ 92,548 bilhões. Mercadante disse lamentar que a situação econômica não permita a contratação de servidores de que o país necessita.

O líder reconheceu a procedência das críticas ao programa Primeiro Emprego, para ele pouco eficiente, mas afirmou que os 2,1 milhões de empregos formais criados nos dois anos e meio do atual governo representam três vezes mais do que todos os empregos criados nos oito anos da gestão anterior.

Mercadante enalteceu também o combate à corrupção, destacando o desempenho da Polícia Federal. Segundo ele, as medidas cabíveis estão sendo tomadas nas investigações.



Roosevelt Pinheiro

CORTES Governo, segundo Mercadante, diminuiu despesas com pessoal



Geraldo Magela

OPINIÃO Em evento na Confederação Nacional do Comércio, Renan diz que CPI só deve ser criada quando órgão competente não consegue realizar investigação

Renan: governo deve ter agenda para o Brasil

■ Senador defende reformas política e tributária e anuncia plano de trabalho para combater a burocracia

Em solenidade realizada ontem na Confederação Nacional do Comércio, o presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, disse que, em dois anos, o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não estabeleceu uma agenda que paute a sociedade, o Congresso Nacional e a mídia.

– Se o governo não tiver uma agenda que seja do Brasil, e não de partido, vai continuar sendo pautado; vai ficar acuado e nós vamos discutir coisas comezinhadas – afirmou.

Com relação à criação de comissões de inquérito, o presidente do Senado opinou que

esse instrumento só deveria ser utilizado quando as instituições responsáveis pelas investigações não conseguem fazê-lo.

– Se há denúncia, é importante investigar para que a sociedade tenha respostas. Mas não podemos fazer uma investigação política para cada denúncia – frisou.

Renan defendeu a realização das reformas política e tributária e anunciou a criação de grupo de trabalho para realizar um levantamento de todos os “nós burocráticos” e as iniciativas que obtiveram sucesso para acabar com a burocracia. O resultado embasará um plano de combate à burocracia.

– Devemos propor a adoção do número único de registro que servirá para identificação civil, previdenciária, no trânsito ou em qualquer instância legal – ressaltou.

Executivo reduz gasto com saúde, afirma ACM

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a redução dos gastos do governo federal com a saúde, citando matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, no domingo, sob o título “Gasto federal com saúde cai na gestão Lula”. A reportagem divulga pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), órgão vinculado ao Ministério do Planejamento.

Segundo os dados do Ipea, destacados no discurso do senador, o governo federal gastou em 2004 com ações e serviços de saúde R\$ 189,5 por cidadão, queda de 11% em relação ao valor *per capita* de



Roosevelt Pinheiro

RETROCESSO Ao citar dados do Ipea, Antonio Carlos Magalhães ressalta queda no valor *per capita* aplicado

1995, primeiro ano da consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS). As informações colhidas dão conta de que, em 2003, o governo aplicou R\$ 176, o menor gasto *per capita* em

saúde desde 1995, acrescentou o parlamentar.

Antonio Carlos disse que o Ministério da Saúde considerou o levantamento válido, mas criticou o índice utilizado para medir o impacto da inflação no período, o Índice Geral de Preços de Mercado – Disponibilidade Interna (IGP-DI). O índice, no entanto, é considerado pelo Ipea o melhor para medir gastos sociais.

– O ministério preferiu criticar o termômetro a cuidar da febre, mas deve tomar cuidado porque o instrumento também acusa que há uma conexão desse ministério com o escândalo dos Correios – afirmou.



Roosevelt Pinheiro

DÍZIMO “Após chegada ao governo, caixa do partido aumentou em 730%”, informa José Jorge

José Jorge critica PT por cobrança de contribuição

Referindo-se a matérias publicadas pelo jornal *Folha de S. Paulo* no dia 16 de maio, o senador José Jorge (PFL-PE)

acusou o Partido dos Trabalhadores (PT) de “aparelhamento do Estado”, ao obrigar filiados ocupantes de cargos públicos a contribuírem financeiramente para o caixa do partido. Segundo o jornal, informou o senador, “a chegada ao governo federal em 2003 aumentou em 730% a receita do partido com a contribuição obrigatória de seus filiados”.

O parlamentar pediu apoio ao projeto de sua autoria (PLS 384/03) que veda a partidos políticos a cobrança de contribuições para filiados que ocupem cargos na administração pública. José Jorge informou que o relator, Alvaro Dias (PSDB-PR), apresentou parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Parecer favorável para projeto de crimes virtuais

■ Proposta é acatada pela Comissão de Educação e segue para a CCJ antes de ir a Plenário

A criação de vírus de computador e o acesso não autorizado a sistema informatizado estão entre as práticas definidas como crime por projeto de lei que recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Educação (CE). A proposta altera o Código Penal para tipificar delitos ligados à área de informática. Ela será agora apreciada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Depois, em caráter de urgência, segue para análise do Plenário.

O projeto, que teve origem na Câmara (PLC 89/03), foi acolhido pela CE depois que a vice-líder do governo, Ideli Salvatti (PT-SC), comprometeu-se a solicitar o veto do presidente da República ao artigo 5º, segundo o qual a divulgação por meio da Internet de pornografia infantil seria punida com reclusão de um a quatro anos, além de multa. A razão do pedido é que o Estatuto da Criança e do Adolescente já estabelece penas maiores, de dois a seis anos.

O presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), havia apresentado emenda, aceita pelo relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), para retirar o dispositivo do texto. O próprio autor da emenda, contudo,

verificou que a aprovação de sua proposta acabaria levando o projeto de volta à Câmara, o que atrasaria a regulamentação dos crimes de informática. A solução encontrada foi aprovar o texto proveniente da Câmara, com a promessa de veto parcial por parte do presidente.

Hélio Costa se comprometeu a elaborar novo projeto para atualizar o texto da Câmara. Ele pretende incluir temas que não existiam no texto inicial, apresentado há seis anos.

O acesso indevido a meio eletrônico, diz o projeto, será punido com detenção de três meses a um ano, além de multa. O fornecimento indevido de informação obtida em meio eletrônico implica detenção de seis meses a um ano, mais multa.



CONVOCAÇÃO CMA aprova requerimentos convidando os governadores Cassol, de Rondônia, e Maggi, de Mato Grosso, para explicar desmatamento

Governadores deverão explicar desmatamento

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou ontem dois requerimentos – um do senador Sibá Machado (PT-AC) e outro da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – convidando os governadores Ivo Cassol, de Rondônia, e Blairo Maggi, de Mato Grosso, para explicar os altos índices de desmatamento em seus estados. O texto de Sibá convida também a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, para abordar o tema.

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) sugeriu ao governo federal que proíba os desma-

tamentos por alguns anos na região amazônica.

Irregularidades

A CMA aprovou ainda a Proposta de Fiscalização e Controle nº 1/04, relativa a irregularidades na dispensa de licitação para compra de equipamento de tratamento de lixo por empresa pública de João Pessoa (PB). Foram acolhidos também dois avisos do Tribunal de Contas da União (TCU) referentes a auditorias realizadas em órgãos públicos do Espírito Santo, no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e na Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (Dataprev).



AVAL Saturnino (E), Cristovam, Maciel e Demostenes em reunião da CE que acatou projeto sobre crimes de informática

Aprovada cota para estudantes da rede pública

A Comissão de Educação também aprovou, em turno suplementar, projeto de lei de autoria do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) que estabelece cota mínima de 50% nos vestibulares das universidades públicas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em instituições da rede pública estadual, federal ou municipal. Acolhido em caráter terminativo, o projeto (PLS 453/03) poderá ser enviado diretamente à Câmara dos Deputados, se não for apresentado recurso para sua votação no Plenário.

O presidente da CE, senador Hélio Costa (PMDB-MG), comprometeu-se a colocar em votação, na próxima semana, projeto de autoria do senador

José Jorge (PFL-PE) que garante autonomia às universidades federais na escolha do modelo de cotas a ser adotado, no sentido de beneficiar estudantes por critérios de raça ou condição social.

Cultura e mídia

Hélio Costa concedeu vista coletiva do Projeto de Lei do Senado 86/04, que estabelece isenção do Imposto de Importação sobre instrumentos musicais adquiridos por orquestras ou músicos profissionais.

Foi aprovado ainda pela comissão requerimento de autoria de Hélio Costa que determina a realização de audiência pública sobre a implantação da televisão digital no Brasil.

A CE acolheu também 20 projetos de decreto legislativo que

autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e televisão.

Deu ainda parecer favorável ao projeto de lei da Câmara (PLC 27/05) que cria o Prêmio Marcantonio Villaça de Artes Plásticas.

O senador reiterou convite ao ministro da Educação, Tarso Genro, para que participe de audiência pública sobre o anteprojeto de reforma universitária. Ele disse que essa era sua quinta tentativa de contar com o ministro na comissão e advertiu para a possibilidade de Genro ser convocado, caso não responda ao novo pedido de comparecimento. A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) se comprometeu a negociar com o ministro uma data para a realização da audiência.

CPI da Terra faz nova convocação para depoimento

O presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPI) da Terra, senador Alvaro Dias (PSDB-PR), decidiu reconvocar cinco pessoas que deveriam ter prestado esclarecimentos ontem sobre a movimentação de verbas federais destinadas à reforma agrária.

– Não acredito nos pretextos apresentados pelos ausentes. Por isso, convocamos nova reunião e, caso não compareçam, seremos obrigados a usar a força policial – ressaltou.

A reunião iria colher depoi-

mentos do secretário-executivo da Associação de Cooperação Agrícola (Anca), José Trevisol, e do presidente da Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil (Concrab), Francisco Dal Chiavon. Também seriam ouvidos Emerson Rodrigues da Silva, Edmilson José de Pinho e Orlando de Araújo, que estariam agindo como "laranjas" na movimentação de verbas repassadas às duas entidades pelo governo federal.

A próxima reunião está marcada para o dia 1º de junho.



COERÇÃO Alvaro Dias afirma que, caso os convocados não compareçam à próxima reunião da CPI da Terra, a comissão pedirá auxílio policial